



# MALKA Y NEGRI

## advogados

CLIPPING COVID-19

**Informativo nº 046**

04 de maio de 2020

Noite

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
TJRJ	Notícia - <a href="#">Justiça determina que Estado do Rio e Duque de Caxias aumentem capacidade de leitos para infectados por Covid-19</a> , disponibilizada em 04.05.2020	A juíza Amália Regina Pinto, da 7ª Vara Cível de Duque de Caxias, determinou que o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Duque de Caxias coloquem em funcionamento 73 leitos até o dia 30 de maio e mais 91 até 15 de junho para atendimento dos doentes com a Covid-19. O estado e o município também deverão suprir eventual demanda de leitos hospitalares necessários durante este período de pandemia, mesmo depois da implantação do Hospital de Campanha pelo Estado do Rio de Janeiro.
ERJ	Notícia - <a href="#">Estado adota medidas para garantir integridade em contratações emergenciais</a> , disponibilizada em 04.05.2020	O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE-RJ), adotou medidas para garantir os critérios de integridade, ética e transparência nas contratações emergenciais realizadas durante a pandemia da Covid-19. A controladoria irá auditar empresas contratadas sob o regime de emergência para assegurar a implantação eficiente do Programa de Integridade (Compliance).
OAB	Notícia - <a href="#">Comissão lança nota de repúdio a sugestão do Depen de isolar presos em contêineres para conter coronavírus</a> , disponibilizada em 04.05.2020	A Comissão de Defesa do Estado Democrático de Direito da OABRJ lançou nesta segunda-feira, dia 4, nota oficial demonstrando seu repúdio à proposta do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) que detentos de todo o país fiquem isolados em contêineres no interior das unidades penitenciárias por causa da pandemia de coronavírus.
	Notícia - <a href="#">Nota de repúdio ao aumento da carga tributária</a> , disponibilizada em 04.05.2020	“O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, acolhendo recomendação de sua Comissão Especial de Direito Tributário, vem a público manifestar sua preocupação diante das diversas iniciativas em trâmite no Congresso Nacional que visam ampliar a altíssima carga tributária atualmente existente em nosso País, como se verifica dos diversos projetos de lei que visam criar empréstimos compulsórios, afastar a isenção sobre a distribuição de dividendos e elevar a alíquota de diversos

		tributos, dentre outras medidas completamente inadequadas à situação de pandemia na qual a sociedade brasileira está imersa.”
CONJUR	Notícia - <a href="#">TRE-DF acolhe solicitação da OAB-DF e advogados poderão fazer sustentação oral</a> , disponibilizada em 04.05.2020	O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal acatou solicitação da OAB-DF e passou a permitir que os advogados acompanhem as sessões de julgamento virtual e façam sustentações orais para esclarecer questões de fato.
	Notícia - <a href="#">Desembargador nega domiciliar a todos os idosos de São Paulo</a> , disponibilizada em 04.05.2020	O desembargador Guilherme Strenger, presidente da seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou Habeas Corpus coletivo para todas as pessoas idosas presas — com idade igual ou superior a 60 anos. A decisão é da última quinta-feira (30/4).
	Notícia - <a href="#">Juiz fixa número máximo de prestadores de serviço em obras de apartamentos</a> , disponibilizada em 04.05.2020	O juiz Matheus Romero Martins, da 2ª Vara Cível de Araras (SP), acolheu em parte um pedido de um condomínio e determinou que proprietários de unidades mantenham no máximo dois prestadores de serviço por dia em obras não emergenciais nos apartamentos. O condomínio havia pedido a paralisação completa das reformas em razão da epidemia de Covid-19, o que foi negado.
	Notícia - <a href="#">Ministro do STJ coordena grupo de trabalho contra violência doméstica</a> , disponibilizada em 04.05.2020	O ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça, foi indicado coordenador do grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça para elaborar sugestões de medidas emergenciais de prevenção à violência doméstica e familiar durante o isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus.
	Notícia - <a href="#">Por pandemia, juíza suspende pagamento de acordo trabalhista em São Paulo</a> ,	A juíza Andrea Grossmann, da 87ª Vara do Trabalho de São Paulo, acatou pedido de suspensão de acordo trabalhista por 90 dias. No entendimento da magistrada, a pandemia do novo coronavírus é um motivo de força maior e que justifica a suspensão.

	disponibilizada em 04.05.2020	
	<p>Notícia - <a href="#">Saque do FGTS em demissão por força maior prescinde de trânsito em julgado</a>, disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>A Caixa Econômica Federal publicou na última quarta-feira (29/4) a nova versão do Manual FGTS. Agora, empregados que foram demitidos por força maior não precisarão apresentar decisão transitada em julgado para conseguir sacar a multa de 20% do FGTS.</p>
	<p>Notícia - <a href="#">Empresa deve cumprir contrato e entregar respiradores ao Estado de São Paulo</a>, disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>O juiz Walter Godoy dos Santos Junior, da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, concedeu liminar pedida pelo Estado de São Paulo para determinar que uma empresa entregue, no prazo de cinco dias, 20 respiradores para a rede pública de saúde.</p> <p>Em 26 de março, foi firmado um contrato entre a empresa ré e uma organização sem fins lucrativos, que se comprometeu a comprar 200 respiradores, ao custo de R\$ 12 milhões, e depois doá-los à Secretaria Estadual da Saúde. Porém, consta dos autos que a empresa teria criado embaraços ao cumprimento do contrato, argumentando que o Ministério da Saúde teria requisitado os respiradores.</p>
	<p>Notícia - <a href="#">TRT-12 suspende reintegração de trabalhadores demitidos em razão da epidemia</a>, disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>A desembargadora Lígia Maria Teixeira Gouvêa, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, suspendeu a reintegração de 182 trabalhadores demitidos das empresas do Grupo Haco em razão de dificuldades financeiras derivadas da epidemia do coronavírus.</p>
	<p>Notícia - <a href="#">Desembargador do TJ-SP autoriza funcionamento de escola de tênis na quarentena</a>, disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>Atividades desportivas individuais, como caminhadas, ciclismo e tênis, em que estão virtualmente ausentes contato físico e aglomerações, além de melhorarem a capacidade cardíaca e respiratória, devem ter tratamento diferenciado durante a epidemia de Covid-19.</p> <p>Com esse entendimento, o desembargador Soares Levada, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar para permitir o</p>

		funcionamento de uma escola de tênis da capital paulista durante a quarentena contra o coronavírus.
Migalhas	Notícia - <a href="#">TJ/SP vai decidir abrandamento do isolamento social em Atibaia</a> , disponibilizada em 04.05.2020	Para o Ministério Público, o retorno das atividades não essenciais da cidade deve ficar condicionado ao que vier a ser determinado pelo Estado de SP.
	Notícia - <a href="#">Proposta proíbe isolamento social de quem estiver curado da covid-19</a> , disponibilizada em 04.05.2020	Tramita na Câmara dos Deputados o PL 2.199/20, que determina que as pessoas que já tenham contraído o vírus da covid-19 e estejam curadas, não se submetam a qualquer tipo de isolamento social.
	Notícia - <a href="#">TJ/PR suspende decreto municipal que permitia a abertura do comércio</a> , disponibilizada em 04.05.2020	Para o desembargador Leonel Cunha, havendo divergências entre os decretos municipal e estadual devem prevalecer as medidas previstas pelo governo do Estado.
TST	Notícias – <a href="#">Tema do mês da Biblioteca traz artigos sobre Covid-19 e relações de trabalho</a> , publicada em 04.05.2020.	<p>O Tema do Mês de maio da Biblioteca Délio Maranhão, do Tribunal Superior do Trabalho, é a Covid-19 e as relações de trabalho. A Biblioteca oferece mensalmente uma pequena bibliografia selecionada a partir do assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST entre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo.</p> <p>As obras selecionadas este mês abordam temas como as Medidas Provisórias 926 e 927/2020, que permitem a adoção de medidas trabalhistas emergenciais durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus, entre elas a redução de salários e de jornada.</p> <p>Clique <a href="#">aqui</a> para acessar os documentos e selecionar os de interesse, que serão enviados por e-mail.</p>
	Notícias - <a href="#">Testemunha que tem ação</a>	Um empregado da Pontes & Arruda Lingerie Ltda., microempresa de Aracaju (SE), conseguiu o direito de ver a ação trabalhista que move contra a ex-

	<a href="#">contra o mesmo empregador não é considerada suspeita,</a> publicada em 04.05.2020.	empregadora ir a julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. O TRT havia considerado suspeita a única testemunha apresentada por ele porque também havia ajuizado ação contra a Pontes, com os mesmos pedidos. Todavia, para a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, essa circunstância não torna suspeita a testemunha.
ANAMATRA A	Notícias - <a href="#">Novos pilares para uma economia que contemple o direito ao trabalho é tema de "live" no Instagram da Anamatra,</a> publicada em 04.05.2020.	<p>Debate nesta terça (5/5) contará com a participação da presidente Noemia Porto e da advogada Ana Frazão. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) realiza, nesta terça (5/5), em seu perfil no Instagram (@anamatraoficial), "live" com a advogada Ana Frazão, mestre e doutora em Direito e professora da UnB, e a presidente da entidade, Noemia Porto.</p> <p>A "live", que acontece a partir das 19 horas, terá como tema "Novos pilares para economia que contemple o direito ao trabalho", e abordará, entre outros assuntos, os efeitos do isolamento social, provocado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), no mercado de trabalho.</p> <p>A presidente da Anamatra explica que o diálogo com será uma oportunidade para discutir as perspectivas de uma regulação jurídica para os mercados. "A convidada da Anamatra é uma notória especialista no tema. De nossa parte, pretendemos colocar também como essa regulação poderia orientar a questão do direito ao trabalho, como direito fundamental".</p> <p>Programa-se e não deixe de acompanhar esta live. <a href="#">Clique aqui, siga a Anamatra no Instagram e marque seus amigos e amigas.</a></p>
	Notícias - <a href="#">Coronavírus: Rede Nacional de Cooperação Judiciária do CNJ discutirá medidas de prevenção adotadas pelo Judiciário brasileiro,</a> publicada em 04.05.2020	<p>A Rede Nacional de Cooperação Judiciária, instituída pela Recomendação nº 38/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promove, no dia 13 de maio, a quarta edição do Encontro da Rede Nacional de Cooperação Judiciária. Excepcionalmente esta edição ocorrerá em meio virtual pela plataforma Cisco Webex.</p> <p>Entre os temas que serão tratados no evento está o acompanhamento e a supervisão das medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19 tomadas pelo CNJ e pelos tribunais brasileiros. As inscrições podem ser feitas até 8 de maio no link enviado por ofício aos tribunais.</p>

TRT 10ª Região	<p>Notícias - <a href="#">Produtividade semanal: TRT-10 registra mais de 72 mil atos judiciais durante a vigência das medidas preventivas contra o coronavírus</a>, publicada em 04.05.2020</p>	<p>Na última semana, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) registrou mais de 72 mil atos judiciais, entre decisões, despachos, sentenças e atos cumpridos por servidores da área judiciária, no período de 27 de abril a 3 de maio, ou seja, na vigência de medidas de combate ao coronavírus (COVID-19).</p>
CNMP	<p>Notícias - <a href="#">Portaria obriga o uso de máscaras nas dependências do CNMP</a>, publicada em 04.05.2020.</p>	<p>Membros, servidores, estagiários, colaboradores e visitantes devem utilizar máscaras de proteção facial nas dependências do Conselho Nacional do Ministério Público. A obrigatoriedade consta da Portaria CNMP-SG nº 148/2020, publicada no Diário Eletrônico do CNMP de 30 de abril.</p> <p>A medida segue o Decreto nº 40.648/2020, do Governo do Distrito Federal, que determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no DF, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus.</p>
	<p>Notícias - <a href="#">FNG Café debate, nesta quarta-feira (6/5), a saúde mental em tempos de distanciamento social e teletrabalho</a>, publicada em 04.05.2020.</p>	<p>O Fórum Nacional de Gestão (FNG), vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), promove na próxima quarta-feira, 6 de maio, às 15 horas, a quinta edição da live FNG Café. O encontro vai discutir como a psicologia positiva pode ajudar na saúde mental em tempos de distanciamento social e teletrabalho.</p> <p>O tema será abordado a partir da conversa com o psicólogo e especialista em gestão de pessoas Ricardo de Faria Barros, que ainda possui formação pela Sociedade Latino Americana de Coaching – SLAC e é membro da Associação Internacional de Psicologia Positiva.</p>
STF	<p>Notícia - <a href="#">Sustentações orais em sessões virtuais devem ser encaminhadas pelo sistema</a></p>	<p>O envio de arquivo de sustentação oral para as sessões virtuais do Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser feito por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Tribunal. A plataforma foi atualizada para permitir que o procedimento de envio dos arquivos de sustentação seja semelhante ao de outras petições realizadas nos processos. O envio irá gerar um protocolo de recebimento e</p>

	<a href="#">de peticionamento eletrônico,</a> disponibilizada em 04.05.2020	registro no andamento processual. As sustentações orais serão automaticamente disponibilizadas no sistema de votação e ficarão disponíveis no sítio eletrônico do STF durante a sessão de julgamento.
	Notícia - <a href="#">Distribuidores de energia elétrica questionam leis estaduais que proíbem corte durante pandemia,</a> disponibilizada em 04.05.2020	A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6405 e 6406, contra leis, respectivamente, de Santa Catarina e do Paraná que proíbem o corte dos serviços de energia elétrica até 31/12/2020 em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A entidade alega que as normas violam a competência privativa da União de legislar sobre energia elétrica (artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal).
	Notícia - <a href="#">Íntegra do voto do ministro Alexandre de Moraes em que afastou restrições à Lei de Acesso à Informação,</a> disponibilizada em 04.05.2020	O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgou a íntegra do voto proferido no julgamento conjunto em que, por unanimidade, o Plenário referendou liminar concedida por ele na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6351 para impedir restrições na Lei de Acesso à Informação (LAI) durante a pandemia do novo coronavírus, introduzidas na lei pela Medida Provisória 928/2020. A liminar foi deferida na ação ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à qual foram apensadas outras duas ADIs (6347 e 6353), movidas pela Rede Sustentabilidade e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), respectivamente. Segundo o ministro, as restrições ofendem os princípios constitucionais que consagram a publicidade e a transparência nos órgãos públicos.
Prefeitura do Rio de Janeiro	<a href="#">RESOLUÇÃO SMS Nº 4389 DE 03 DE MAIO DE 2020</a>	Torna sem efeito o Decreto Rio nº 47.394, de 29 de abril de 2020 e altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.  “§ 3º Visando reduzir as aglomerações causadas pelas filas geradas pelo pagamento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020, que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública



		<p>de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, fica autorizado às agências e às unidades lotéricas especificadas pela Caixa Econômica Federal, até o dia 15 de maio, iniciar o atendimento a partir das oito horas.</p> <p>.....”</p> <p>Art. 3º O Decreto Rio nº 47.282, de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:</p> <p>“.....</p> <p>Art. 1º.....</p> <p>III - Secretaria Municipal de Educação - SME:</p> <p>a) fechamento das escolas municipais até o dia 15 de maio de 2020;</p> <p>XI - Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU:</p> <p>b) ficam prorrogados, até 15 de maio, os prazos para cumprimento de exigências e para interposição de recursos relativos às notificações e intimações efetivadas até treze de março.”</p>
--	--	---

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

**Malka Y Negri Advogados**